

O complexo mosaico da Língua Portuguesa nos países membros da CPLP: um breve panorama

PALAVRAS-CHAVE:

Política Linguística • Língua Portuguesa • CPLP

Natália Moreira
Tosatti

RESUMO: A língua portuguesa se estende por múltiplos territórios, assumindo status e situações sociolinguísticas diversificadas, podendo ser caracterizada como língua transnacional (ZOPPI-FONTANA, 2009) ou língua internacional. Porém, essa maior abrangência da língua portuguesa tem provocado discussões sobre o seu papel em espaços de pluralidade linguística que buscam construir uma identidade nacional. Assim, este artigo se propõe a apresentar um breve panorama dos espaços de enunciação (GUIMARÃES, 2002, 2005) que o português ocupa em países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e discutir a relação entre língua e algumas ações de política linguística. Percebe-se que é questionável a ideia de lusofonia como lugar de integração e aproximação dos países que partilham da língua portuguesa, uma vez que há tensões entre o português – língua oficial – e as línguas nacionais, na maioria desses países.

1. INTRODUÇÃO

Abordar o tema política linguística é lançar o olhar para uma variedade de elementos de diferentes cores e formatos que lutam para buscar alguma forma de arranjo, nem sempre alcançada. Isso em razão de que todos os elementos a serem dispostos nesse “mosaico” gravitam em torno da língua, que nunca é estática e abrange identidade, culturas, territorialidade, conhecimento, mercado, poder, ideologias, podendo, portanto, ora estabelecer pontes e ações de cooperação, ora delimitar fronteiras e levantar muros.

Nossa atenção, neste trabalho, está voltada para questões que envolvem políticas linguísticas relacionadas ao português, idioma, segundo nos narra a História, trazido pelos portugueses e que atravessou continentes misturando-se a outras línguas e revelando-se, mais tarde, como um instrumento de dominação. Estendendo-se por múltiplos espaços, a língua portuguesa apresenta hoje status, dimensões e situações sociolinguísticas diversificadas, ocupando assim um lugar não só internacional, mas também transnacional, conforme caracterizado por Zoppi-Fontana (2009). Oliveira (2013, p. 412) ressalta esse caráter internacional assumido pela língua portuguesa, quando enumera que o português é idioma com “estatuto de oficialidade ou estatuto especial em 26 organizações internacionais, entre elas em cinco dos 17 blocos econômicos regionais hoje existentes no mundo”.

Porém, essa expansão traz questionamentos e provoca discussões sobre o papel do idioma em espaços de pluralidade linguística e onde há grupos que buscam construir uma identidade nacional, que necessariamente passa pela língua. Sobre a relação entre língua e identidade, Rajagopalan (1998) defende que

a identidade de um indivíduo se constrói na língua e através dela. Isso significa que **o indivíduo não tem uma identidade fixa anterior e fora da língua**. Além disso, **a construção da identidade de um indivíduo na língua e através dela** depende do fato de a própria língua em si ser uma atividade em evolução e vice-versa. Em outras palavras, as identidades da língua e do indivíduo têm implicações mútuas. Isso por sua vez significa que as identidades em questão estão sempre num estado de fluxo. (RAJAGOPALAN, 1998, p. 41 – grifo nosso).

Nos mosaicos linguísticos dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), essa construção da identidade de um indivíduo na língua e através dela tem tido como entrave a própria língua oficial. Conforme ressalta Mariani (2004), nesses países, a “escolha” da língua portuguesa acabou por impor-se pela força institucionalizada de uma língua escrita e gramatizada que já trazia consigo uma memória: a do colonizador. Nesse sentido, Severo & Silveira (2020, p. 31) pontuam que os discursos de promoção do português reforçam uma visão cristalizada

de língua, tomando como referência “uma língua imaginária que definiria supostos elos amigáveis e solidários entre geopolíticas diferentes, e amortecendo as memórias coloniais e colonizadoras”.

Essa realidade leva-nos a refletir sobre os impactos e sobre os espaços de enunciação que a língua portuguesa assume ao se tornar língua oficial em algumas nações em que as pluralidades extrapolam fronteiras geopolíticas, como é o caso dos PALOP. Para organizar nosso texto, mobilizaremos alguns conceitos relativos a esses temas e apresentaremos, de forma panorâmica, a voz de alguns autores e pesquisadores que discutem o lugar do português em países da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP).

2. ESPAÇOS E RUPTURAS DA LÍNGUA

Guimarães (2002) apresenta-nos o acontecimento da enunciação como algo que se dá sempre em um espaço de divisão de línguas ou espaços de enunciação, que o autor define como: “espaços de funcionamento de línguas, que se dividem, redividem, se misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante. São espaços habitados por falantes, ou seja, por sujeitos divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer.” (GUIMARÃES, 2002, p.18). São, portanto, espaços políticos, constitutivamente marcados por disputas pelas palavras e pelas línguas, sendo o político algo intrínseco ao funcionamento das línguas e aqui entendido como “conflito entre uma divisão normativa e desigual do real e uma redivisão pela qual os desiguais afirmam seu pertencimento.” (GUIMARÃES, 2002, p. 16).

Essas definições de “espaços de enunciação” e “espaço político” dão base a nossa discussão, uma vez que abordaremos ações de políticas linguísticas relacionadas a uma língua – o português – que é na realidade várias, se pensarmos na diversidade territorial e sociolinguística que ela abrange. Guimarães (2005, p. 64) explica que as línguas,

ao funcionarem, se dividem sempre pela simples razão de que seu funcionamento inclui sua relação com seus falantes. Ou seja, o **funcionamento da língua envolve o modo como seus falantes a “experimentam”**. E os falantes praticam suas línguas por esta determinação Estado-Nação, mas também por outras, que não são iguais a esta. Outras práticas que podem até se sobrepor a esta, mas que podem diferenciar-se dela, de modos bastante variado. Isto porque **um espaço de enunciação nunca é homogêneo.**” (grifo nosso)

O fato de o funcionamento da língua envolver “o modo como seus falantes a experimentam” e a heterogeneidade dos espaços de enunciação em que se faz presente convida-nos a refletir sobre o que significa falar português em territórios em que essa língua foi instituída como oficial, provocando divisões, marcando hierarquias e interferindo em questões culturais e

identitárias. Em países plurilíngues, pluriculturais e pluriétnicos, como é o caso dos PALOP, a língua portuguesa foi colocada em uma posição acima das línguas locais ou nacionais, que circulam nesses países e por meio das quais seus falantes se comunicam em contextos não institucionais (SEVERO; SILVEIRA, 2020; PINTO; PFEIFER, 2018).

Guimarães (2007) pontua que dentro da ideia de espaço de enunciação, pode-se considerar dois modos de funcionamento da língua: um que representa as relações imaginárias cotidianas e outro que representa as relações imaginárias (ideológicas) institucionais. Dentro do primeiro modo, estaria a língua materna, definida como “língua cujos falantes a praticam pelo fato de a sociedade em que se nasce a praticar; nesta medida ela é, em geral, a língua que se apresenta como sendo a primeira para seus falantes” (GUIMARÃES, 2007, p. 64). De acordo com o linguista, dentro do segundo funcionamento, estariam a língua nacional, a língua oficial e a língua estrangeira, assim caracterizadas:

Língua nacional: é a língua de um povo, enquanto língua que o caracteriza, que dá a seus falantes uma relação de pertencimento a este povo.

Língua oficial: é a língua de um Estado, aquela que é obrigatória nas ações formais do Estado, nos seus atos legais.

Língua estrangeira: é a língua cujos falantes são o povo de uma Nação e Estado diferente daquele dos falantes considerados como referência. (GUIMARÃES, 2007, p. 64).

O autor ainda chama atenção para o fato de que, no funcionamento do espaço de enunciação em um Estado-Nação, o segundo tipo se sobrepõe ao primeiro. Assim a língua oficial, se sobreporia à língua nacional - em situações em que não há coincidência entre elas, como nos PALOP, mesmo sendo essa a língua que os sujeitos reconheçam como sua.

No contexto desses países, são várias as línguas nacionais cotidianamente praticadas em contextos diversos, mas que não têm o status de oficialidade. Assim, a posição de prestígio conferida ao português gera efeitos como a desvalorização das línguas nacionais que, embora sejam reconhecidas como “patrimônios”, como consta na Constituição de Angola e Moçambique, por exemplo, são ainda marginalizadas. Essa perspectiva é reforçada pela linguista Mona Mpanzu (2016) em texto que, retratando a lusofonia sob a égide da divergência, expõe que em Angola,

instituiu-se uma política linguística que oficializou a língua portuguesa sem nacionalizá-la e nacionalizou algumas línguas indígenas (kikongo, kimbundu, tchokwe, ngangela, umbundu e kwanyama) sem oficializá-las. É óbvio que o estatuto de língua oficial é que oferece maior prestígio a uma determinada língua. Logo, o português continua a ser a língua mais prestigiosa e as línguas nacionais continuam a sofrer tantas discriminações sociais e funcionais (MPANZU, 2016, s.p.).

Assim, vemos que a língua oficial, ainda que represente um Estado, não é necessariamente a língua mais difundida ou aquela com a qual a população se identifique e se “sinta em casa”. Sendo a língua um importante elemento na constituição da ideia de unidade de um Estado, ou pelo menos de um imaginário de unidade, e também lugar de memória, a presença de uma outra língua que chega ocupando o status de “oficial” e forjando um lugar de “nacional” em espaços já habitados por outras tantas línguas, muito provavelmente será causadora de incômodo.

Pensar em política de línguas nesses contextos é pensar nas formas sociais sendo significadas e/ou ressignificadas por e para sujeitos históricos e simbólicos, em suas formas de existência, de experiência no espaço político de seus sentidos (ORLANDI, 2007). No cenário brasileiro, o português é língua materna da maioria, mas não a de todos. É a nossa língua nacional e oficial, mas não a única a circular em nosso país que insiste em se assumir como monolíngue, mesmo tornando cooficiais algumas línguas indígenas em alguns municípios, como o baniwa, o nheengatu e o tukano, que foram cooficializadas no município de São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas, em 2002.

Sobre a nacionalização e conseqüente oficialização da língua portuguesa no Brasil, Zoppi-Fontana & Diniz (2008) destacam a importância do processo de gramatização como fator para o reconhecimento e apropriação dessa língua. O conceito de Gramatização foi definido por Auroux (1992, p. 65) como “o processo que conduz a descrever e a instrumentalizar uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário”. Segundo Zoppi-Fontana e Diniz,

pesquisas desenvolvidas no Brasil demonstraram que esse processo de gramatização faz parte dos processos discursivos de constituição da língua nacional e, através deles, da própria constituição do cidadão brasileiro, na sua relação com Estado. Assim, a construção de um imaginário de língua nacional, com seus atributos de unidade, uniformidade e universalidade, é efeito do processo de gramatização, interferindo eficazmente na relação que o brasileiro mantém com a sua língua. Vemos, então, que a produção de um saber metalinguístico está materialmente ligada à produção de efeitos imaginários que atuam através das políticas de línguas do Estado, configurando lugares de enunciação para os brasileiros em relação à sua própria língua. (ZOPPI-FONTANA;DINIZ, 2008, p. 91).

Na visão de Orlandi (1997, s./p.), a produção de instrumentos de saber linguísticos feita por brasileiros, a partir da segunda metade do século XIX, correspondeu “a um gesto de apropriação dessa língua”, levando à identificação e à ideia de pertencimento do cidadão brasileiro em relação à língua portuguesa. Segundo a autora, é a partir do lugar de autoria que se dá a relação do sujeito com o Estado através da língua:

A gramatização do português brasileiro, mais do que um processo de construção de um saber sobre a língua nacional, tem como consequência algo mais substancial e definidor: a constituição de um sujeito nacional, um cidadão brasileiro com sua língua própria, visível na gramática. São processos de individualização que são desencadeados: individualiza-se o país; individualiza-se seu saber; individualiza-se seu sujeito político e social. (ORLANDI, 1997, s./p.).

No continente africano, por diversidade de contextos históricos, essa gramatização e apropriação das línguas nacionais ainda não se deu. Logo, a ideia de um sujeito nacional constituído e identificado com uma determinada língua, também não ocorreu.

Guiné-Bissau foi o primeiro país africano sob a administração colonial portuguesa a conquistar sua independência em 1973 e a adotar o português como língua oficial. Angola, Moçambique, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe conquistaram a independência em 1975, quando também oficializaram o idioma. Assim, baseando-se na política de “uma nação, uma língua”, em cenários plurilíngues e pluriétnicos, essas nações assumiram o português como única língua oficial. Recentemente, em 2011, Guiné Equatorial, por interesses políticos, assume também o português como mais uma língua oficial.

Com o propósito de aproximar “os países e povos que partilham a língua portuguesa¹”, em 1989, no Primeiro encontro dos Chefes de Estado e de Governo dos países de Língua Portuguesa, que aconteceu no Brasil, na cidade de São Luís do Maranhão, criou-se o Instituto Nacional da Língua Portuguesa (IILP), como uma primeira ação concreta para a instituição da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), que se deu em 1996, durante a Cimeira de Chefes de Estado e de Governo, em Lisboa. Conforme declarado na página oficial da Comunidade,

A CPLP assume-se como um novo projecto político cujo fundamento é a Língua Portuguesa, vínculo histórico e património comum dos Nove – que constituem um espaço geograficamente descontínuo, mas identificado pelo idioma comum. Esse factor de unidade tem fundamentado, no plano mundial, uma actuação conjunta cada vez mais significativa e influente. A CPLP tem como objectivos gerais a concertação política e a cooperação nos domínios social, cultural e económico.

Ações para aproximação entre as nações falantes de português são positivas e podem sim ser promotoras de iniciativas de cooperação, entretanto não se pode esquecer da diversidade que faz parte desses países e que deve ser vista como um valor, e não como um problema. Como bem ressalta Faraco (2016, p. 316), no discurso sobre “lusofonia”, a ênfase ao “papel que a

1. <https://www.cplp.org/id-2595.aspx>, acesso em 01/08/2019

língua exerce, em tese, como elemento aglutinador dos povos que a falam e daquilo que haveria de chão comum, dado pelo colonizador português, em suas respectivas culturas” camufla o caráter político dessa visão que homogeneiza um universo de pluralidades e diferenças. O autor critica que nesse discurso

não há espaço para dar visibilidade aos ressentimentos e conflitos sociolinguísticos que refletem ainda a divisão social que o colonialismo impôs às sociedades africanas e que, no fundo, é sinalizada pelas diferentes formas como a língua funciona socialmente, ou seja, os estratos que a têm como língua materna, os que a falam como segunda língua e os que não a conhecem. (FARACO, 2012, p.42).

Diferentemente do Brasil, em que a língua portuguesa foi incorporada como língua nacional e oficial, gerando o silenciamento de outras, e onde se assume um “português brasileiro”, nos países africanos que também “herdaram” o português, a questão das línguas gera muitas discussões e reivindicações de ações para a criação de espaços para a legitimação das línguas nacionais, uma vez que é por meio delas que a população desses países realiza e vive suas práticas de linguagem. Sobre a presença do português em Angola e Moçambique, Michelletti (2015) explica que,

entre as muitas razões do uso do idioma português, até certo ponto contraditório por ser uma luta contra o colonialismo, havia a ideia de que era legítimo apropriar-se da língua que havia sido imposta por tanto tempo, além do caráter nacionalista que a luta adquiriu e a língua portuguesa era vista como facilitadora de uma unidade nacional. (...). (...) Esse foi o caminho após a conquista da independência, buscar a unidade optando pela língua portuguesa como oficial, mantendo-a assim na administração, na imprensa, na literatura, mas não a denominando como “nacional”, apenas as línguas originais africanas é que passaram a ser consideradas “nacionais. (MICHELLETTI, 2015, P. 1334).

Contudo, essa consideração em relação às línguas nacionais não tem sido suficiente para a inserção delas em contextos institucionais, como as escolas, por exemplo. Em canção intitulada “P.A.L.O.P” (remetendo-se ironicamente à sigla Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa), o músico angolano Bob da Rage Sense, de forma crítica, ressignifica o acrônimo como “Pretos Afrikanos de Língua Obrigatória Portuguesa”.

No contexto moçambicano, Mariani (2011, p. 138) revela que

pouco se investiu na gramatização das línguas autóctones em termos da produção de gramáticas e dicionários. Só mais recentemente é que políticas de línguas têm sido elaboradas no sentido de suprir essa lacuna. A escolha do português como língua oficial, então, não produziu os efeitos esperados de união nacional, embora a língua funcione e seja usada na política, na administração, no meio televisivo e literário.

O linguista moçambicano Eliseu Mabasso, em entrevista publicada no *Jornal Savana*, em junho de 2014, reforça essa visão quando afirma que “o português não é e nunca, a meu ver, será uma Língua nacional em Moçambique.” Mabasso, nessa mesma entrevista, entende que “o conceito de ‘língua nacional’ tem a ver com uma série de factores a considerar, tais como valores do nacionalismo, autenticidade e aceitabilidade.” (MABASSO, 2014, s./p.).

Em Guiné Bissau, país que trabalha para ajustar seu sistema educacional e construir um currículo mais autônomo em relação às realidades locais, é conflituosa também a questão do uso da língua portuguesa como única língua de ensino e escolarização. Conforme declaram Morgado, Santos e Silva (2016, p. 72), “este é, ainda hoje, um assunto controverso e causador de tensões, não podendo ser ignorado quando discutimos as questões da memória e do currículo”. Nesse país, o português, é falado por cerca de 10% da população, mas ainda assim é a única língua de escolarização, o que traz impactos negativos no processo educacional do país.

Em Cabo Verde, onde uma série de políticas linguísticas vem sendo implementadas na tentativa de se introduzir línguas nacionais no processo de escolarização, o cenário é de que o uso das línguas portuguesa – língua oficial – e caboverdiana – língua nacional – “é partilhado em alguns espaços sociais por uma parcela bilíngue da comunidade; e o uso da língua caboverdiana por parte da parcela monolíngue, que se vê, muitas vezes, posta em contato (com frequência, conflituoso) com a língua portuguesa.” (TORQUATO, 2011, p. 155). A pesquisadora ressalta que, no desenvolvimento das políticas linguísticas no país,

a língua caboverdiana é atrelada à tradição – o que, de certa forma, coloca-a à margem do contexto atual de internacionalização e de globalização – e a língua portuguesa é mais fortemente associada à contemporaneidade, consequentemente, mais apta a responder às demandas do contexto atual, especialmente em função da CPLP. (TORQUATO, 2011, 181.).

Percebemos, assim, que nos espaços de enunciação apresentados, além de língua do colonizador, a língua portuguesa foi também associada a uma política assimilacionista colonial e à possibilidade de ascensão social, enquanto que as línguas locais são subalterizadas. Em São Tomé e Príncipe, essa visão parece também se aplicar, mas de forma menos conflituosa.

De acordo com Gonçalves & Hageneijer (2015, p.91), São Tomé e Príncipe é a ex-colônia portuguesa onde se regista o maior número de falantes nativos de português. Segundo esses pesquisadores, a atual hegemonia do português nas ilhas é também promovida pela ausência de uma política linguística pró-crioula sustentada pela estigmatização dos crioulos, herdada do tempo colonial, que não foi devidamente ultrapassada, impedindo, em definitivo, a construção de uma identidade crioula ligada às suas línguas.

Nesses países, o processo de escolarização tem sido, majoritariamente, em língua portuguesa, o que acaba por dificultar e até mesmo restringir a aquisição de conhecimentos em outras disciplinas. Em 2011, no Colóquio Internacional de Maputo: Diversidade Linguística nos Países da CPLP, ocorrido em Moçambique, foi elaborada a “Carta de Maputo”, documento que traz um conjunto de recomendações sobre o ensino de línguas nos sistemas educacionais dos países membros da CPLP. Entre as recomendações, destaca-se a introdução de mais línguas nos currículos dos sistemas educacionais e a adoção das diferentes normas nacionais do português. Contudo, com base nas citações anteriormente apresentadas, essas ações ainda não foram efetivadas.

No continente africano, há ainda o caso da Guiné Equatorial, que instituiu o português como língua oficial em 2011, para uma controversa entrada à CPLP. A resistência a essa participação dava-se, principalmente, pelo fato de algumas entidades discordarem da forma como o presidente Teodoro Obiang Nguema (no poder desde 1979) conduzia os direitos humanos e civis no país. A CPLP justificou a aceitação do país na comunidade após a oficialização da língua portuguesa e a extinção da pena de morte em 2014. Porém, conforme aponta Leviski (2015), em relação à difusão da língua, ainda são tímidas as medidas implementadas. Diante disso, a autora bem sinaliza que essa ação aponta para uma manobra política com vistas à projeção internacional e à aproximação a blocos econômicos.

Timor Leste faz parte também dos nove países que formam a CPLP. Nesse país, situado no sudeste asiático, desde 2002, a língua portuguesa, junto à língua tétum, figura como língua oficial e principal língua de instrução, em meio a outras quinze línguas que circulam no país, que ainda tem o inglês e o indonésio como língua de trabalho. Conforme expõe Guimarães,

apesar de ter uma história de mais de 500 anos no país, o português nunca ocupou a posição de língua de uso corrente dos timorenses. Esse quadro é decorrente de fatores como: a escassez de esforços nesse sentido por parte da metrópole durante o período colonial; a proibição do uso da língua portuguesa no período de domínio indonésio e; a utilização da língua tétum para ampla comunicação entre os timorenses possuidores de diferentes línguas maternas. (GUIMARÃES, 2017, p. 504).

Conforme retrata Carioca (2016, p. 431), “o tétum é a língua dominante no território timorense e é considerado como língua materna para grande parte das comunidades, assim como também tem o status de língua nacional e oficial, servindo à união dos falantes nos distritos que possuem línguas diferentes.” A língua portuguesa é vista como lugar de resistência e símbolo de libertação “falamos português com o prazer de quem saboreia a liberdade misturada com o orgulho” (ALMEIDA, 2008 apud CARIOCA, 2016), porém, ainda assim, o português é uma das línguas menos falada em Timor-Leste.

Esse breve panorama mostra-nos que os lugares de enunciação e circulação da língua portuguesa, na maioria dos países membros da CPLP, são limitados, o que torna frágil a ideia de compartilhamento da língua portuguesa entre essas nações, uma vez que isso se dá de forma ainda muito hierarquizada. Mais uma vez citando Mpanzu (2016, s.p), “a identidade linguística de muitos falantes que vivem nos países lusófonos fica em causa uma vez que há milhões de locutores que não falam, não leem e muito menos escrevem na língua de Camões”.

Esse cenário linguístico provoca-nos a abrir parênteses para um breve comentário sobre o desempenho de candidatos oriundos dos PALOP ao Programa Estudante-Convênio Graduação (PEC-G), que tem como exigência a comprovação de proficiência em língua portuguesa por meio do Exame de Português de Celpe-Bras. Até 2013, essa era uma exigência feita apenas aos candidatos “não-lusófonos”, porém, a partir da publicação do Decreto Nº 7.948, de 12 de março de 2013 (BRASIL, 2013), o requisito se estendeu a todos os estudantes estrangeiros, sem exceção.

O exame Celpe-Bras é pautado no conceito de proficiência que consiste no “uso adequado da língua para desempenhar ações no mundo” (BRASIL, 2006, p. 4). Tais ações são entendidas como “prática social, culturalmente organizada, em que os sentidos são co-construídos na relação entre sujeitos situados historicamente” (SCARAMUCCI, 2000, p. 56). Com base nesse construto, aos examinandos são propostas tarefas que simulam situações de uso real da língua.

De acordo com dados fornecidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), as edições de 2015-2 e 2016-1 do exame Celpe-Bras contaram com 395 examinandos dos postos aplicadores dos PALOP (43 em Angola, 144 em Cabo Verde, 103 em Guiné-Bissau, 72 em Moçambique e 33 em São Tomé e Príncipe). Desses examinandos, 31% não alcançaram nível de certificação e 35% obtiveram certificação Intermediária, certificação mínima que pode ser obtida no exame. Segundo a descrição desse nível,

O examinando que atinge o nível Intermediário é capaz de produzir textos escritos sobre assuntos variados que, com dificuldade, podem ser reconhecidos como pertencentes a determinados gêneros discursivos, podendo não configurar adequadamente a interlocução. Os recursos lexicais e gramaticais mobilizados são limitados, podendo apresentar problemas de clareza e coesão e/ou inadequações frequentes que comprometem mais frequentemente a fluidez da leitura. É capaz de selecionar algumas informações a partir da interpretação de textos de diferentes gêneros orais e escritos, evidenciando problemas de compreensão e dificuldades no trabalho de recontextualização que podem levar ao cumprimento parcial dos propósitos dos textos produzidos. É capaz de interagir oralmente para a expressão de ideias e opiniões sobre assuntos variados. Apresenta poucas hesitações, com algumas interrupções no fluxo da conversa. Seu vocabulário pode apresentar limitações que podem comprometer

o desenvolvimento da interação. Utiliza variedade limitada de estruturas, com algumas inadequações em estruturas complexas e poucas inadequações em estruturas básicas. Sua pronúncia contém inadequações e/ou interferências frequentes de outras línguas. Demonstra alguns problemas de compreensão do fluxo da fala, com necessidade frequente de repetição e/ou reestruturação ocasionada por palavras de uso frequente em nível normal de fala. (grifo nosso) (BRASIL, 2020, p. 68).

Uma vez que no exame não se busca aferir conhecimentos a respeito da língua por meio de questões sobre a gramática e o vocabulário, mas sim a capacidade de uso dessa língua, haveria uma expectativa de que os examinandos oriundos de países em que o português é língua oficial poderiam ter um desempenho melhor que apenas um uso limitado no que diz respeito à compreensão oral e escrita, conforme descrição do nível Intermediário. Esse, porém, foi apenas um parêntese, uma vez que há outros fatores que devem ser considerados na avaliação de desempenho em exames como o Celpe-Bras. Sobre esse tema há pesquisa em andamento (Cf. TOSATTI, 2019).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse breve panorama, observou-se que a hegemonia da língua portuguesa cria fronteiras ideológicas em países que a adotaram como língua oficial. Para Orlandi,

os objetos simbólicos que estão envolvidos na formação de um país são de muitas e variadas naturezas. E é da produção desses objetos e da relação estabelecida pelos sujeitos com essa produção que resultam tanto os sentidos atribuídos ao país como os que dão sentidos a esses sujeitos enquanto se definem como súditos, servos ou cidadãos, ou seja, enquanto eles se definem em relação à formação de ‘seu país’, nas formas que a política das relações sociais significar em sua história (ORLANDI, 2002, p. 21).

Além de marcar um passado de opressão, o português, em boa parte dos países da CPLP, segue como um elemento de delimitação social, circulando, majoritariamente, em ambientes institucionais e de escolarização, predominando no meio urbano, além de ser ainda associado à possibilidade de ascensão profissional e social. Nesse sentido, a língua portuguesa ao ser escolhida por sua suposta “neutralidade” em países plurilíngues; por estar inscrita dentro de uma “revolução tecno-linguística” (MARIANI, 2004) ao dispor de instrumentos como gramáticas e dicionários e por seu alcance internacional, sobrepõe-se a uma heterogeneidade que, embora reconhecida, não é valorizada, criando tensão entre a língua oficial e as línguas nacionais. Ainda que a língua portuguesa, nas Constituições dos

países, figure como língua oficial, isso não é suficiente para que se institua uma identificação dos sujeitos com o idioma. Essa situação de tensão entre a língua oficial e as línguas nacionais problematiza ainda a ideia de um “mundo lusófono” e o conceito de “comunidade” ancorados no discurso da língua como patrimônio comum.

Pelo que podemos observar, além da posição de prestígio da língua portuguesa marginalizar as línguas nacionais, ela ainda se torna um dificultador do processo de escolarização, sobretudo nos meios rurais. Ações de políticas linguísticas mais abrangentes e integradoras em relação às línguas nacionais poderiam trazer impactos positivos no processo de formação dos estudantes e até mesmo contribuir para o exercício da cidadania, que passa também por questões relacionadas à comunicação. As línguas – oficial e nacional – circulam em diferentes espaços de comunicação e cumprem distintas funções sociais que deveriam ser complementares e vetores de desenvolvimentos social, científico e cultural desses países, com o objetivo de incluir e valorizar as diversidades, ao invés de buscar neutralidade e homogeneização.

Natália Moreira Tosatti (nataliatosatti@cefetmg.br)
Docente do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – CEFET-MG

Como citar esse artigo

TOSATTI, N. M. O complexo mosaico da Língua Portuguesa nos países membros da CPLP: um breve panorama. **Revista Gatilho**, UFJF, v. 19, p. 187-202. dez. 2020.

The Portuguese language in CPLP member countries: a brief overview

ABSTRACT: The Portuguese language makes part of multiple territories, assuming nowadays diverse status and sociolinguistics situation. It can be seen as a transnational language (ZOPPI-FONTANA, , 2009) or an international language. However, this expansion has also provoked discussions about the role of languages in places of linguistic plurality seek to build a national identity. This paper presents a brief overview regarding space of enunciation and the enunciative scene (GUIMARÃES 2002, 2005) that Portuguese occupies in CPLP member countries. The idea is to discuss the relationship between language and some linguistic policy actions. It is clear that the idea of Lusophony as a place of integration of the countries that share the Portuguese language is questionable. It is also clear that there is conflict between Portuguese - official language - and the national languages in most of these countries.

KEYWORDS: Language Policy. Portuguese language. CPLP.